



Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Recôncavo Sul

IDEA nº 600.9.79031/2020

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, com fulcro no Art. 5º, § 6º, da Lei Nº 7.347/85 (Ação Civil Pública), alterado pelo Art. 113 da Lei 8.078/90, o **Ministério Público do Estado da Bahia**, por meio do Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça, titular da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente do Recôncavo Sul, Bel. JULIMAR BARRETO FERREIRA, infra-assinado, doravante denominado **Compromitente**, com endereço à Rua Vereador João Silva, nº 130, Promotoria de Justiça Regional de Santo Antônio de Jesus – Ministério Público da Bahia, bairro Andaiá, Santo Antônio de Jesus/BA; e **Sr. VALDIVINO DE JESUS SANTOS, CONHECIDO POR “Val”**, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 246.322.365-00, RG nº 0209714786 SSP/BA, nascido em 25/04/1961, filho da Sra. Julieta Maria de Jesus Santos e do Sr. Joel José dos Santos, residente na Fazenda Juerana, Povoado Rio Vermelho, zona rural do município de Elísio Medrado-BA, Telefone: (71) 99273-7436 e (71)-99900-5138 (filho Luan), e-mail: luanbarauna@live.com, doravante denominado **Compromissário**, celebram este compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com as seguintes cláusulas:

- 1) Reconhecendo o Compromissário que sua propriedade, **Fazenda Juerana, com área aproximada de 44 (quarenta e quatro) tarefas, situada no Povoado Rio Vermelho, zona rural do município de Elísio Medrado-Bahia**, necessita de regularização ambiental, compromete-se doravante a cumprir fielmente a legislação ambiental em vigor;
- 2) O Compromissário compromete-se, **no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a apresentar o documento de propriedade do imóvel e contratar técnico capacitado para elaborar o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR da propriedade**, devendo apresentar o respectivo certificado de inscrição no mesmo prazo de 90 (noventa) dias;
- 3) **Deverá também o compromissário elaborar, se necessário, às suas custas, um Projeto Simplificado de Recuperação Ambiental, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para recuperar as áreas de preservação permanente, mediante a contratação de profissional habilitado;**
- 4) O Projeto aludido deverá ter sua execução iniciada, no máximo, no prazo de 90 (noventa) dias da apresentação do mencionado documento ao comprometente;

Promotoria de Justiça Regional do Ministério Público em Santo Antônio de Jesus
Rua Vereador João Silva, 130, bairro Andaiá CEP: 44.572-570 Tel. (75) 3631-0081/0084 Fax: 3632-1262
E-mail: ambiental.reconcavo@mpba.mp.br



Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Recôncavo Sul

- 5) A **demonstração da execução do projeto** referido na cláusula anterior deverá ocorrer seguidamente no prazo de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data que foi entregue o projeto ao compromitente;
- 6) O Compromissário deverá concluir todo o processo de recuperação da área degradada até o **ano de 2032 (dois mil e trinta e dois)**, conforme exigência do Código Florestal e fiscalização do INEMA;
- 7) A **cada 12 (doze) meses** do início da execução do PRADA deverá o Compromissário apresentar ao compromitente **um relatório fotográfico contendo no mínimo 05 (cinco) fotografias** das principais áreas em processo de recuperação, cujas fotografias devem ser registradas sempre no mesmo local e ângulo para demonstrar a evolução da recuperação;
- 8) Na hipótese de caso fortuito, de força maior ou de justo motivo que provoque o atraso no cumprimento de alguma das cláusulas, o Compromissário deverá comunicar ao Compromitente, por escrito, solicitando a dilação do prazo;
- 9) O Compromissário autoriza a **inspeção do imóvel objeto deste TAC para verificar a evolução dos trabalhos pelo Compromitente ou por prepostos ou órgão designado por este, a qualquer tempo, bastando a comunicação prévia em 05 (cinco) dias**, por qualquer meio eficiente de comunicação, devidamente certificado pelo servidor do Compromitente, para os endereços dos proprietários do imóvel, indicados no cabeçalho desta peça ou para o endereço eletrônico dos mesmos;
- 10) A título de compensação exclusivamente na seara cível-ambiental, o Compromissário se compromete a produzir ou comprar **300 (trezentas) mudas de árvores nativas, a serem doadas para a Secretaria do Meio Ambiente de Elísio Medrado-BA no período de 01 a 30 de março de 2023 (dois mil e vinte e três), devendo as mudas possuírem um tamanho mínimo de 20 (vinte) centímetros**. Após a conclusão dessa atividade o Compromissário deverá apresentar a essa Promotoria de Justiça certidão comprobatória da atividade emitida pela Secretaria do Meio Ambiente referida;
- 11) O compromissário poderá entrar em entendimento com a SEDEMA de Elísio Medrado, de modo que, como liberalidade, pelo menos uma parte das mudas doadas sejam plantadas na própria propriedade ora objeto deste termo de ajustamento de conduta;

Promotoria de Justiça Regional do Ministério Público em Santo Antônio de Jesus
Rua Vereador João Silva, 130, bairro Andaiá CEP: 44.572-570 Tel. (75) 3631-0081/0084 Fax: 3632-1262
E-mail: ambiental.reconcavo@mpba.mp.br



Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Recôncavo Sul

12) Fica ressaltado que a assinatura do presente termo de ajustamento de conduta não exclui a possibilidade de realização de transação penal perante o Poder Judiciário, caso o Compromissário seja intimado para tanto;

13) No caso de descumprimento de alguma das cláusulas anteriores, o Compromissário pagará uma multa no valor equivalente a **três salários-mínimos vigente**, por cada constatação de descumprimento, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da intimação extrajudicial promovida pelo Compromitente, sem prejuízo de sofrer outras sanções, inclusive de caráter penal;

14) A multa aludida será revertida para o Fundo Municipal de Meio Ambiente;

15) A constatação do descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores ficará a cargo de perito nomeado pelo Compromitente ou através dos órgãos de fiscalização;


16) Este compromisso terá efeito de título executivo extrajudicial, na forma do Art. 5º, § 6º, da Lei Nº 7.347/85 combinado com o Art. 784 inciso IV, do novo Código de Processo Civil, e será submetido a homologação do órgão judicante, devendo ser afixado em mural próprio na Promotoria de Justiça pelo prazo de 15 (quinze) dias para a devida publicidade.

Nada mais havendo, encerra-se o presente termo que vai assinado pelo Compromitente, pelo Compromissário (que ficará com uma cópia), além de duas testemunhas.

Santo Antônio de Jesus-BA, 29 de agosto de 2022.


JULIMAR BARRETO FERREIRA

Promotor de Justiça Regional Ambiental


VALDIVINO DE JESUS SANTOS

CPF nº 246.322.365-00

Testemunhas:


CPF Nº 435.570.255-99


CPF Nº 887.60415-83

Promotoria de Justiça Regional do Ministério Público em Santo Antônio de Jesus
Rua Vereador João Silva, 130, bairro Andaiá CEP: 44.572-570 Tel. (75) 3631-0081/0084 Fax: 3632-1262
E-mail: ambiental.reconcavo@mpba.mp.br